

Pela Defesa do Municipalismo

Enquadramento:

O Municipalismo português tem as suas raízes nos tempos da monarquia e estava assente, como dizia outrora Nuno Fernandes Thomaz, no ‘princípio dos homens bons’ de cada terra. Subsistiu apesar dos numerosos entorses que a esquerda historicamente lhe foi infligindo desde a constituição de 1822. Hoje, para a esquerda, o nosso municipalismo nasceu apenas em 1974, com o advento da revolução, e sabe-se que esta ideia errada é disseminada pela extrema-esquerda, no sentido de sanear o que foi a história de Portugal antes do 25 de Abril.

Este municipalismo à portuguesa, fruto da experiência de uma longa evolução histórica, foi expandido para além do Portugal Continental, tendo sido aplicado nas antigas Províncias Ultramarinas com bastante sucesso, nomeadamente em Angola, Moçambique, Guiné, S. Tomé e Cabo Verde.

Com a excepção de Cabo Verde, que ainda hoje mantém o sistema municipal português, a independência dessas antigas Províncias Ultramarinas em 1975, e a consequente introdução dos regimes comunistas autoritários nesses países, ‘deceparam’ por completo um sistema que funcionava.

Após o fim dos regimes comunistas a partir dos finais dos anos 90 e início de 2000, com o termo das guerras civis, nomeadamente em Moçambique e posteriormente em Angola, iniciou-se nesses países um processo de descentralização no sentido de se regressar ao ‘velho’ sistema municipalista português.

O Perigo da Regionalização:

No final dos anos 90, as forças de esquerda da altura, nomeadamente o PS, PCP e o PEV, tentaram fomentar a implantação da Regionalização em Portugal. Foi feito um referendo em 1998, no qual se rejeitou a regionalização com 63,5% dos votos.

O actual processo de ‘nova regionalização’ foi novamente introduzido em 2015 por António Costa, tendo o natural apoio da restante esquerda (PCP, Bloco de Esquerda, Livre e PAN). O PSD de Rui Rio foi algo ambivalente em relação a este assunto, resumindo-se a um ‘nim’, mas, com Luís Montenegro, o PSD recuperou aquele que sempre foi o sentido ideológico do PSD em relação à regionalização, sendo maioritariamente contra.

A direita de 1998 (PSD e CDS-PP) bateu-se contra este processo de regionalização, que, tal como nos dias de hoje, não ia e vai continuar a não resolver os problemas das assimetrias do território nacional, e, para além de não resolver questão, vai criar mais uma camada de cargos políticos, de mais burocracia, e conseqüentemente aumentar os riscos de corrupção e de 'amiguismo' que já caracterizam o regime.

Este processo de regionalização esquece o que deverá ser o verdadeiro objectivo, o qual deverá visar melhores serviços públicos, serviços mais próximos das populações, mais rápidos, menos burocráticos e uma maior proximidade entre eleitores e eleitos.

A criação das cinco regiões administrativas (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve), ou das sete regiões administrativas (Entre-Douro e Minho, Trás-os-Montes e Alto Douro, Beira Litoral, Beira Interior, Estremadura e Ribatejo, Alentejo e Algarve), visa escamotear o que é óbvio e que tem estado na base da nossa organização administrativa, 'aquém e além-mar', desde o século XII e das primeiras cartas de foral, nos primórdios da nacionalidade.

Estas regiões administrativas vão criar mais um nível de cargos políticos directos, mais assalariados políticos, mais níveis burocráticos, mais um enorme custo financeiro, sem qualquer tipo de contrapartida para as populações e para o país.

O Processo de Descentralização:

Descentralização de Secretarias de Estado para fora de Lisboa

Com o Governo de Santana Lopes, retomando uma tímida experiência frustrada dos tempos de Cavaco Silva, tentou-se realizar um processo de descentralização do Governo Central, nomeadamente através da deslocação de algumas Secretarias de Estado, para fora de Lisboa. No entanto com a chegada do PS ao Governo em 2009 com José Sócrates, esta tentativa de descentralização foi revertida.

As CCDR - Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional

Existem desde meados dos anos 2000 várias tentativas de descentralização, visando nomeadamente a administração dos fundos europeus e a gestão das respectivas NUTS, através das CCDR - Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, criadas em 2003 e com origem em 1979.

As CCDR nunca tiveram um funcionamento eficaz e, para além de estarem fortemente politizadas, são efectivamente mais um entrave burocrático e, embora visassem ser uma 'ferramenta' de desenvolvimento local, têm sido apenas mais um organismo estatal destinado a integrar uma camada políticos e demais assalariados dos partidos do sistema. Como se sabe, a burocracia gera sempre mais burocracia.

As Comunidades Intermunicipais (CIM)

Esta é mais uma camada burocrática criada por este Estado ‘gordo’, que na sua génese se baseava no agrupamento de vários municípios, no sentido de estes poderem atingir níveis de desenvolvimento mais rapidamente e em conjunto, nomeadamente através do acesso a fundos da União Europeia.

A ideia da sua génese até era boa, mas mais uma vez, salvo algumas excepções, tratam-se hoje de mais um espaço que serve para albergar políticos desempregados e ‘boys’ do PS, PCP e PSD.

As Associações Regionais de Municípios

Dentro da mesma lógica das Comunidades Intermunicipais, estas Associações Regionais nunca foram mais do que um espaço para acolher ex-dirigentes políticos, ex-autarcas, vários ‘boys’ dos partidos e das juventudes partidárias, funcionando na realidade como um sorvedouro de dinheiro das ‘quotas’ que as autarquias têm de pagar.

Na região de Setúbal, por iniciativa das autarquias do PS e visando destronar o PCP que ainda domina a Associação de Municípios da Região de Setúbal, está-se a assistir à saída dos municípios de maioria PS da referida associação. A alegação de que o investimento é maior do que o retorno não esconde o verdadeiro motivo, que é o de reduzir a influência do PC.

O CHEGA, que defende um corte no número de cargos políticos directos, mas também dos indirectos, como é o caso das CCDR, das CIM ou das Associações de Municípios, deve ser a favor do fim destas sucessivas camadas burocráticas que um Estado ‘gordo’ como o português desenvolveu para integrar mais ‘boys’, e que na realidade só desviam verbas que podiam ser investidas nos municípios em prol das populações.

Em defesa do Municipalismo Português:

Concorremos pela primeira vez às autárquicas em 2021, somos ainda um Partido jovem, mas com ambição autárquica, que deve reconhecer, como o temos feito na Assembleia da República e em quase todo o país através dos nossos autarcas eleitos, que a base do desenvolvimento nacional deve basear-se no municipalismo em oposição à regionalização, e sobretudo a esta regionalização.

São os autarcas quem estão mais próximo dos eleitores e dos seus problemas, por conseguinte, devem ser as autarquias a resolver os problemas locais, uma vez que não é um qualquer gabinete técnico de um Ministério em Lisboa que sabe como resolver um problema em Mondim de Basto ou em Silves.

Com a aprovação da Lei n.º 50/2018, que fixou o processo de descentralização para os municípios até 2021, em áreas como a educação, a protecção civil, a

cultura ou o património, entre outras, deu-se um passo importante naquilo que entendemos que deve ser o caminho.

No entanto, à boa maneira socialista, o processo de descentralização foi feito à pressa e completamente desajustado do ponto de vista financeiro, criando graves problemas aos municípios. Terminou por ser um processo em que o Governo Central passou competências e património para a gestão das autarquias, mas não o dinheiro nem os meios necessários.

Os Autarcas CHEGA devem bater-se por um processo de transferência de poderes e de descentralização administrativa cada vez maior, nomeadamente para as câmaras municipais e juntas de freguesia, mas que o mesmo seja acompanhado das respectivas verbas, de forma a que o trabalho possa ser realizado. Um exemplo de um dos mais graves problemas que as autarquias têm hoje é o parque escolar que herdaram, muito dele a necessitar de obras de requalificação urgentes, sabendo-se que, para agravar ainda mais o cenário, as autarquias tiveram ainda de integrar nos seus quadros próprios o pessoal auxiliar dessas mesmas escolas. E, cúmulo do paradoxo, as câmaras municipais têm depois de solicitar autorização ao Ministério da Educação em Lisboa para parte importante das melhorias que queiram introduzir. Mencione-se ainda que, actualmente, quando as autarquias distribuem pelas escolas as dotações que recebem para a educação para que as mesmas as administrem, as verbas em causa voltam a ser centralizadas no Ministério, que depois as desbloqueia caso a caso mediante 'requerimento fundamentado' e 'ouvida a autarquia'...

Esta é a forma de fazer política à socialista, que toda a esquerda validou, nomeadamente o Bloco de Esquerda (que não tem praticamente autarcas), e o PCP que ainda é um potentado autárquico.

Conclusões:

O CHEGA deverá ter uma resposta concisa sobre o processo de regionalização em curso, promovido 'à força' por esta maioria socialista, mas também com a cumplicidade de toda a esquerda (PCP, BE, Livre e PAN), e com a conivência de um PSD em claro desnorte.

Devemos igualmente lutar pelo encerramento de tudo o que são CIM, CCDR ou Associações de Municípios, que nada mais são do que sorvedouros de dinheiro público e mais um nível para empregos políticos.

Temos por fim de lutar para que a Lei n.º 50/2018, que fixou o processo de descentralização municipal até 2021, seja acompanhada com a respectiva dotação financeira, e não aquilo que pretenderam fazer, que foi passar a responsabilidade para os municípios, acompanhando-a com uma dotação financeira claramente insuficiente.

Reforçar o Municipalismo português será reforçar a ligação entre os eleitos e os eleitores, descentralizando os serviços públicos no sentido de criar serviços mais próximos das populações, de melhor qualidade e mais eficazes.

Setúbal, 20 de Janeiro de 2023

Moção da Distrital de Setúbal

Os Subscritores

| | NOME | Nº DE MILITANTE |
|----|---|------------------------|
| 1 | NUNO MIGUEL DA COSTA GABRIEL | 4178 |
| 2 | RICARDO JORGE PÃO-MOLE COSTA | 14101 |
| 3 | NUNO FILIPE F. VALENTE | 28350 |
| 4 | JOÃO JOSÉ CORREIA MASCARENHAS DE LEMOS | 4164 |
| 5 | JOÃO PEDRO GUTERRES PEIXOTO PEREIRA | 7409 |
| 6 | NUNO MANUEL ROSADO PIRES | 28307 |
| 7 | MILENE DA SILVA OLIVEIRA VIANA | 6746 |
| 8 | JORGE MANUEL DIMAS MAIA | 11819 |
| 9 | DIAMANTINO JOSÉ VONG LAJA | 12718 |
| 10 | CARLA SOFIA CARAPETO DA SILVA COUTO DE OLIVEIRA | 5992 |
| 11 | RUBEN ALEXANDRE VASCO ROSA | 7616 |
| 12 | SÓNIA MARIA CARVALHOSA COUTINHO | 27307 |
| 13 | BRUNO MANUEL PISCO PIRES | 27791 |
| 14 | RICARDO JORGE COSTA MADEIRA | 31851 |
| 15 | AFONSO JORGE SILVA BRANDÃO | 7230 |
| 16 | CECÍLIA DO CARMO TELES BRANDÃO MARTINS | 30675 |
| 17 | SOFIA REIS GIRO | 27652 |
| 18 | ANDRÉ FILIPE TENÓRIO DA SILVA PIÇARRA | 8650 |
| 19 | ANTÓNIO MANUEL LAGARTIXO DOS SANTOS RODRIGUES | 27044 |
| 20 | LUÍZ MANUEL DE LACERDA MARTINS | 10147 |
| 21 | JORGE MANUEL CERDEIRA COSTA | 41515 |
| 22 | NUNO MIGUEL DIAS CHAMBEL | 27224 |

| | | |
|-----------|---|-------|
| 23 | ANA RITA THOMAZ | 43151 |
| 24 | JOSÉ CARLOS SILVA FERREIRA | 5849 |
| 25 | CARLOS MANUEL ROSA VENTURA | 8355 |
| 26 | LUÍS MIGUEL DE JESUS PIOLTY SEZÕES | 29841 |
| 27 | SEBASTIAN THOMAS MAGALHÃES FREYRE-SANDERS | 11136 |
| 28 | ALFREDO RODRIGUES VIEIRA | 42311 |
| 29 | FERNANDO MANUEL TELES BRANDÃO | 26662 |
| 30 | HENRIQUE MANUEL DOS SANTOS BOCAS | 26677 |
| 31 | EDMUNDO TEODORICO PIRES ANDRÉ | 41023 |
| 32 | NUNO ALEXANDRE BORGES MACEDO CALDER | 9481 |
| 33 | CLÁUDIO DOS SANTOS FONSECA | 31808 |
| 34 | DIOGO VENÂNCIO GODINHO | 28063 |
| 35 | RUI FERNANDO MARTINS GABRIEL | 6059 |